



SIMULADO FINAL

TCE SP

**Auditor de Controle Externo
Administração
Pós-Edital**

Simulado

Simulado Final TCE-SP (Auditor de Controle Externo - Administração)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor de Controle Externo - Administração do TCE-SP**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/qfQxZfpT7fHvysy77>

01 - (A B C D E)	17 - (A B C D E)	33 - (A B C D E)	49 - (A B C D E)	65 - (A B C D E)
02 - (A B C D E)	18 - (A B C D E)	34 - (A B C D E)	50 - (A B C D E)	66 - (A B C D E)
03 - (A B C D E)	19 - (A B C D E)	35 - (A B C D E)	51 - (A B C D E)	67 - (A B C D E)
04 - (A B C D E)	20 - (A B C D E)	36 - (A B C D E)	52 - (A B C D E)	68 - (A B C D E)
05 - (A B C D E)	21 - (A B C D E)	37 - (A B C D E)	53 - (A B C D E)	69 - (A B C D E)
06 - (A B C D E)	22 - (A B C D E)	38 - (A B C D E)	54 - (A B C D E)	70 - (A B C D E)
07 - (A B C D E)	23 - (A B C D E)	39 - (A B C D E)	55 - (A B C D E)	71 - (A B C D E)
08 - (A B C D E)	24 - (A B C D E)	40 - (A B C D E)	56 - (A B C D E)	72 - (A B C D E)
09 - (A B C D E)	25 - (A B C D E)	41 - (A B C D E)	57 - (A B C D E)	73 - (A B C D E)
10 - (A B C D E)	26 - (A B C D E)	42 - (A B C D E)	58 - (A B C D E)	74 - (A B C D E)
11 - (A B C D E)	27 - (A B C D E)	43 - (A B C D E)	59 - (A B C D E)	75 - (A B C D E)
12 - (A B C D E)	28 - (A B C D E)	44 - (A B C D E)	60 - (A B C D E)	76 - (A B C D E)
13 - (A B C D E)	29 - (A B C D E)	45 - (A B C D E)	61 - (A B C D E)	77 - (A B C D E)
14 - (A B C D E)	30 - (A B C D E)	46 - (A B C D E)	62 - (A B C D E)	78 - (A B C D E)
15 - (A B C D E)	31 - (A B C D E)	47 - (A B C D E)	63 - (A B C D E)	79 - (A B C D E)
16 - (A B C D E)	32 - (A B C D E)	48 - (A B C D E)	64 - (A B C D E)	80 - (A B C D E)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/jjTx>

CONHECIMENTOS GERAIS**PORTUGUÊS***Felipe Luccas***TEXTO I**

O burnout, ou síndrome do esgotamento profissional, é um estado de exaustão física, emocional e mental decorrente do estresse frequente relacionado ao trabalho. Caracteriza-se por sintomas como falta de energia, sentimentos negativos e queda da produtividade. Essa síndrome é mais comum em profissões que implicam muita pressão e responsabilidade, como professores ou profissionais de saúde, e em pessoas mais competitivas, comprometidas e que sentem necessidade de manter controle constante de suas tarefas.

Em caso de suspeita de burnout, é importante consultar um psiquiatra. O tratamento normalmente envolve acompanhamento psicológico para o desenvolvimento de estratégias que auxiliem na gestão do estresse e da pressão constantes.

Os sintomas de burnout incluem uma sensação constante de negatividade, que leva a pessoa a sentir-se inútil, sem esperança, impotente, insatisfeita e desmotivada diante das dificuldades cotidianas. O cansaço físico e mental é marcante, dificultando a recuperação e comprometendo funções como planejamento, memória e raciocínio. A falta de motivação para realizar atividades não relacionadas ao trabalho, como assistir televisão, ler um livro ou conviver com outras pessoas, é comum, devido à exaustão acumulada.

Também é frequente a dificuldade de concentração no trabalho, nos estudos ou em casa, geralmente causada pela exaustão física e mental e pela má qualidade do sono. A falta de energia torna-se constante e está associada ao cansaço e ao estresse frequente, bem como à dificuldade em descansar adequadamente. Isso contribui para a queda vertiginosa na produtividade no trabalho, já que os sintomas se somam e afetam o desempenho geral.

Outra manifestação recorrente é a dificuldade em sentir prazer nas mesmas atividades de antes, como o trabalho ou um hobby. Alterações de humor, como

irritabilidade, tristeza, ansiedade, raiva e outras reações desproporcionais, também estão presentes. Em alguns casos, a pessoa sente-se indiferente ou apática ao realizar tarefas domésticas ou profissionais, podendo agir com frieza em relação a familiares ou amigos. Além disso, pode haver ausências frequentes no trabalho, atrasos constantes e uma percepção de queda geral no rendimento.

Para saber o risco de ter burnout, é possível realizar um teste online no site Tua Saúde. No entanto, esse teste é apenas uma ferramenta de triagem e não substitui a avaliação de um profissional de saúde.

O diagnóstico de burnout deve ser feito por um psiquiatra, que avaliará os sintomas apresentados, o impacto na rotina diária, as características do ambiente de trabalho e outros fatores de estresse do cotidiano. O acompanhamento psicológico também é útil para investigar as possíveis causas do estresse excessivo e distinguir o burnout de outras condições como ansiedade ou depressão, que podem ter sintomas semelhantes.

Para facilitar o diagnóstico, o médico ou psicólogo pode utilizar o questionário Maslach Burnout Inventory (MBI), que permite identificar e quantificar os sintomas da síndrome.

<https://www.tuasaude.com/sintomas-da-sindrome-de-burnout/>

1. Infere-se do texto que o *burnout* é primordialmente
- a) uma condição passageira de tristeza, facilmente superada com descanso.
 - b) um distúrbio mental grave que afeta exclusivamente profissionais de saúde.
 - c) um estado de esgotamento ligado ao estresse crônico no ambiente de trabalho.
 - d) uma dificuldade de concentração que impacta apenas tarefas domésticas.
 - e) uma síndrome caracterizada apenas por sintomas físicos, como a falta de energia.

2. Consoante o terceiro parágrafo, um sintoma marcante do burnout é
- a) o aumento súbito de interesse por atividades sociais e hobbies.
 - b) a sensação persistente de inutilidade e desmotivação perante o cotidiano.
 - c) a piora significativa na capacidade de planejamento e memória de curto prazo.
 - d) o desenvolvimento de grande pessimismo em relação ao futuro profissional.
 - e) propensão a recuperar as energias mesmo após curtos períodos de descanso.
3. Segundo o texto, a queda na produtividade no trabalho, em casos de burnout, está associada
- a) exclusivamente à falta de reconhecimento por parte dos superiores.
 - b) apenas à dificuldade em realizar atividades fora do ambiente profissional.
 - c) ao acúmulo de sintomas como exaustão, falta de energia e dificuldade de concentração.
 - d) a um desejo consciente do indivíduo de prejudicar a empresa ou instituição.
 - e) principalmente às alterações de humor, como irritabilidade e tristeza passageiras.
4. A expressão destacada em "Isso contribui para a queda vertiginosa na produtividade no trabalho..." (4º parágrafo) é empregada, no contexto, com sentido
- a) próprio de colapso físico do trabalhador durante o expediente.
 - b) figurado de diminuição acentuada no rendimento e na eficiência profissional.
 - c) de rebaixamento de cargo ou função dentro da hierarquia laboral.
 - d) figurado de acidente de trabalho resultante de negligência ou cansaço.
 - e) impróprio de perda financeira abrupta sofrida pela empresa contratante.
5. Assinale a alternativa em que as palavras extraídas do texto recebem acento em atendimento à mesma regra de acentuação gráfica, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.
- a) física; psicológica; psiquiatra.
 - b) síndrome; estresse; é.
 - c) saúde; útil; aí.
 - d) frequência; ausências; também.
 - e) ausências; necessário; diária.
6. Assinale a alternativa em que o enunciado atende à norma-padrão de colocação pronominal.
- a) Em caso de suspeita, recomenda-se que procure-se um psiquiatra imediatamente.
 - b) A exaustão acumulada faz com que a pessoa não motive-se para atividades de lazer.
 - c) O burnout normalmente caracteriza-se por sintomas que afetam profundamente o indivíduo.
 - d) Se diagnosticado precocemente, o paciente pode não tratar-se com medicamentos.
 - e) Muitos sentem-se inúteis, mas não buscam ajuda por vergonha ou desconhecimento.
7. A concordância verbal está de acordo com a norma culta em:
- a) A exaustão física e a mental, somados à falta de motivação, prejudica o desempenho.
 - b) Há de haver profissionais de saúde e professores que está mais exposto ao burnout.
 - c) 90% das pessoas que sofrem com burnout apresenta dificuldade de concentração.
 - d) Faltam estratégias eficazes para muitos que lida com o estresse crônico no trabalho.
 - e) Para investigar as causas do transtorno, é útil o diagnóstico e o acompanhamento psicológico.

8. A regência verbal está de acordo com a norma-padrão em:

- a) O burnout implica em uma queda significativa da produtividade.
- b) Muitas pessoas preferem ignorar os sintomas do que buscar ajuda.
- c) O tratamento visa o desenvolvimento de estratégias de gestão do estresse.
- d) É importante que o profissional de saúde assista aos pacientes com empatia.
- e) Esqueci-me completamente que a consulta com o psiquiatra era hoje.

9. O emprego do acento indicativo de crase está correto em:

- a) O burnout pode conduzir à exaustão física, emocional e mental.
- b) O texto refere-se à profissões que exigem muita pressão.
- c) A dificuldade em sentir prazer pode levar a pessoa à agir com frieza.
- d) O psiquiatra avaliará os sintomas e o impacto causado à rotinas diárias.
- e) O questionário MBI permite dar uma quantificação à essa síndrome.

10. *O burnout, ou síndrome do esgotamento profissional, é um estado de exaustão física, emocional e mental decorrente do estresse frequente relacionado ao trabalho. Caracteriza-se por sintomas **como** falta de energia, sentimentos negativos e queda da produtividade. Essa síndrome é **mais** comum em profissões que implicam **muita** pressão e responsabilidade, **como** professores ou profissionais de saúde, e em pessoas mais competitivas, comprometidas e que sentem necessidade de manter controle constante de suas tarefas.*

Os termos destacados, considerando seu emprego no texto, apresentam, respectivamente, valor de:

- a) exemplificação, intensidade, intensidade e comparação.
- b) comparação, intensidade, intensidade e exemplificação.
- c) comparação, intensidade, quantidade e comparação.
- d) exemplificação, intensidade, quantidade e exemplificação.
- e) modo, intensidade, intensidade e exemplificação.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

11. A filósofa Márcia entra numa livraria e compra um livro sobre Kant . O livro custa 80 reais e a Márcia paga com uma nota de 100 reais. Sem troco, Juvenal, o dono da livraria, vai até a barbearia e troca a nota de 100 por 5 notas de 20 reais. Márcia leva o livro de Kant e 1 nota de 20 reais. Em seguida, na livraria, entra o barbeiro furioso dizendo que a nota de 100 reais é falsa. Resignado, Juvenal troca a nota falsa por outra de 100, verdadeira. O prejuízo Juvenal, em reais, SEM CONTAR O VALOR DO LIVRO, foi

- a) 20
- b) 80
- c) 100
- d) 120
- e) 180

12. A empresa MANIAC GOMA realizou uma pesquisa de mercado para o lançamento de uma nova marca de chicletes com oitenta pessoas que deviam responder se gostavam dos chicletes das marcas Aurum e Bafon. Quarenta pessoas responderam que gostavam dos chicletes da marca Aurum e sessenta pessoas responderam que gostavam dos chicletes da marca Bafon.

Sobre as oitenta pessoas entrevistadas, é correto concluir que

- a) no máximo vinte não gostam dos chicletes da marca Aurum nem da marca Bafon.
- b) no mínimo dez não gostam dos chicletes da marca Aurum nem da marca Bafon.
- c) no máximo dez gostam das duas marcas.
- d) no mínimo trinta gostam das duas marcas
- e) no máximo vinte gostam dos dois sabores.

13. Anteontem, a sobrinha de CH tinha 17 anos e ano que vem fará 20 anos. Que dia do ano será daqui a duas semanas?

- a) 10 de janeiro
- b) 31 de janeiro
- c) 15 de janeiro
- d) 25 de dezembro
- e) 29 de fevereiro

14. CH afirmou que todos os cadernos guardados numa gaveta são coloridos e nenhum deles foi usado. Mais tarde, ele percebeu que havia se enganado em relação à sua afirmação, o que permite concluir que

- a) pelo menos um caderno da gaveta não é colorido ou algum deles foi usado.
- b) pelo menos um caderno da gaveta não é colorido ou todos eles foram usados.
- c) os cadernos da gaveta não são coloridos e já foram usados.

d) os cadernos da gaveta não são coloridos e algum deles já foi usado.

e) existem cadernos brancos na gaveta e eles já foram usados.

15. Uma pesquisa realizada em um setor do TCE SP realizada com 100 pessoas sobre qual banco cada servidor utiliza, constatou-se que:

- 45 usam o banco A
- 51 usam o banco B;
- 32 usam o banco C;
- 18 usam os bancos A e B;
- 22 usam os bancos A e C;
- 15 usam os bancos B e C;
- 6 usam os três bancos.

Pode-se concluir que o percentual de servidores que não utiliza nenhum dos três bancos é igual a:

- a) 27%
- b) 30%.
- c) 16%
- d) 25%.
- e) 21%

INFORMÁTICA*Emannuelle Gouveia*

16. No Microsoft Excel 365, ao utilizar a função =PROCV(30;A1:B10;2;FALSO), o que será realizado?

- a) Procura o valor 30 na coluna B e retorna o conteúdo da célula da linha correspondente na coluna A.
- b) Procura o valor 30 na coluna A e retorna o valor da mesma coluna.
- c) Localiza o número 30 no intervalo de A1 até B10 e retorna o valor da segunda coluna da mesma linha.
- d) Substitui o valor 30 por FALSO na célula A1.
- e) Retorna erro, pois a função PROCV não aceita o argumento FALSO.

17. Em um documento do Word 365, o recurso que permite dividir o texto em duas ou mais partes verticais, sendo ideal para jornais e revistas, é denominado:

- a) Quebra de página.
- b) Marcador numérico.
- c) Colunas.
- d) Legenda.
- e) Caixa de texto.

18. No Microsoft Teams, qual funcionalidade dentre as listadas abaixo permite agendar reuniões com participantes internos e externos, com opção de videoconferência e gravação:

- a) Chat rápido.
- b) Canal privado.
- c) Calendário integrado.
- d) Wiki colaborativa.
- e) Feed de atividades.

19. Qual princípio da segurança da informação é violado quando um dado sigiloso é visualizado por uma pessoa não autorizada?

- a) Disponibilidade.
- b) Integridade.
- c) Confidencialidade.
- d) Redundância.
- e) Autenticidade.

20. Uma aplicação prática e legítima da Inteligência Artificial Generativa no ambiente de trabalho é:

- a) Fornecer informações falsas com aparência real para desinformação estratégica.
- b) Criar conteúdo automatizado, como relatórios ou resumos, com base em dados fornecidos.
- c) Substituir totalmente os profissionais de atendimento por robôs autônomos sem supervisão.
- d) Eliminar todas as práticas de verificação humana nos processos de análise de texto.
- e) Excluir automaticamente e-mails classificados como irrelevantes pelo sistema.

CONTROLE EXTERNO*Herbert Almeida*

21. Considerando as disposições Código de Conduta Ética dos servidores do TCE-SP, marque a opção correta:

- a) O Código se aplica aos servidores efetivos e comissionados do Tribunal, salvo àqueles que estiverem licenciados ou afastados.
- b) No âmbito de intervenções públicas, publicações ou participação em eventos, redes sociais ou contextos similares, o servidor do TCE deverá exercer com prudência a liberdade de expressão, ainda que ausente a identificação como servidor do TCE-SP, procurando evitar que suas interações possam ser vinculadas à instituição em razão da função que exerce.
- c) É direito dos servidores guardar sigilo sobre dados e informações obtidos no exercício de suas atividades, inclusive aqueles de natureza pessoal de colegas e subordinados que só a eles digam respeito.
- d) O servidor deverá declarar e justificar impedimento ou suspeição, especialmente em processos que envolvam interesse de pessoa, órgão ou entidade com os quais tenha mantido, a qualquer tempo, vínculo afetivo, de inimizade ou profissional.
- e) Após a apuração de infração ao Código de Conduta Ética, a comissão de ética poderá aplicar ao servidor a penalidade de suspensão por até 30 dias, podendo ainda recomendar a aplicação de penalidades superiores.

22. Acerca das contas do Governador e dos Prefeitos municipais, é correto afirmar que:

- a) O prazo para emissão do parecer prévio das contas do Governador começará a fluir a partir da remessa da referida prestação de contas ao Poder Legislativo.
- b) O relator das contas do governador será designado pelo Presidente do TCE, após sorteio.
- c) Se as contas dos prefeitos não forem enviadas na forma e prazo indicados, o Tribunal de Contas

comunicará o fato ao Poder Judiciário, para os fins de direito.

- d) Do parecer prévio emitido sobre as contas do Governador e da Administração Financeira Municipal, caberá somente pedido de reexame, formulado uma única vez e terá efeito suspensivo.
- e) Dada a urgência da tramitação das contas do Governador, o Ministério Público de Contas somente poderá se pronunciar na sessão de deliberação do parecer prévio, não gozando de prazo para manifestação ao longo da instrução.

23. Os responsáveis por bens e valores públicos e demais pessoas sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas poderão sofrer as sanções legais, aplicadas pelo Tribunal em processos de controle externo. Sobre as sanções e medidas cautelares, é correto afirmar que:

- a) Sem prejuízo das demais penalidades administrativas cabíveis, o Tribunal poderá aplicar a inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de cinco a oito anos, desde que, por maioria absoluta de seus membros, considere grave a infração cometida.
- b) O Tribunal de Contas poderá determinar o arresto de bens dos responsáveis julgados em débito, devendo ser ouvido quanto à liberação dos bens arrestados e a sua restituição.
- c) O Tribunal poderá, de ofício, determinar, cautelarmente, o afastamento temporário do responsável, cabendo a responsabilidade subsidiária da autoridade competente que, no prazo determinado pelo Tribunal de Contas, deixar de atender à determinação de afastamento.
- d) A medida de indisponibilidade dos bens não se insere nas competências diretas do Tribunal, em razão da reserva de jurisdição.
- e) Quando o ordenador, gestor ou o responsável for julgado em débito, poderá o Tribunal de Contas aplicar-lhe multa de até 200% (duzentos por cento) do valor atualizado do dano causado ao erário.

24. Acerca dos recursos, julgue os itens a seguir com base na legislação do TCE-SP:

- a) Admite-se recurso ordinário, sem efeito suspensivo, das decisões finais do Conselheiro Julgador Singular e das Câmaras.
- b) Caberá pedido de reconsideração uma única vez das decisões de competência originária do Tribunal Pleno.
- c) O agravo, que goza de efeito suspensivo, será admitido contra decisão preliminar ou despacho do Presidente, do Conselheiro ou do Conselheiro Substituto-Auditor que presidir a instrução.
- d) Os embargos de declaração, que podem ser opostos no prazo de dez dias, são admitidos quando houver dúvida ou contradição na decisão.
- e) Cabe pedido de revisão das decisões em processo de tomada de contas, desde que não tenha ocorrido o trânsito em julgado da decisão.

25. Em 2025, o Tribunal de Contas do Estado Alfa identificou diversas irregularidades nas contas anuais de gestão do Prefeito do Município Gama, que atuava na condição de ordenador de despesas. Após processo regular, o Tribunal de Contas aplicou multa ao Prefeito e imputou débito para ressarcimento do erário. A Corte de Contas também analisou as contas de governo do Prefeito, emitindo parecer prévio propondo a aprovação. Posteriormente, a Câmara Municipal, ao realizar o julgamento das contas anuais de governo do Prefeito, rejeitou as contas por dois terços de seus membros. Considerando a jurisprudência atualizada do Supremo Tribunal Federal (STF) e o caso narrado, assinale a alternativa correta:

- a) a Câmara Municipal é a responsável pelo julgamento tanto das contas de governo quanto das contas de gestão do Prefeito, inclusive para fins de aplicação de sanções administrativas.
- b) em nenhuma hipótese o Tribunal de Contas poderá aplicar sanções ou imputar débito diretamente ao Prefeito, sendo necessária autorização expressa do Poder Legislativo local.

c) o parecer do Tribunal de Contas sobre as contas de governo do Prefeito tem caráter vinculativo e substitui o julgamento político da Câmara Municipal.

d) no caso de rejeição das contas anuais de gestão pelo Tribunal de Contas, o Prefeito estará automaticamente inelegível, em razão do caráter técnico do julgamento.

e) a condenação administrativa do Prefeito pelo Tribunal de Contas, referente à irregularidade nas contas de gestão, é válida e não depende de ratificação pela Câmara Municipal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

26. Nos termos do Art. 5º, VIII, da Constituição da República de 1988, “ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.”

Esse preceito constitucional dá origem a uma norma de eficácia:

- a) plena e aplicabilidade diferida;
- b) limitada e princípio programático;
- c) plena e aplicabilidade imediata;
- d) limitada e princípio institutivo;
- e) contida e aplicabilidade imediata.

27. Sobre a Teoria Geral dos Direitos Fundamentais, assinale a alternativa correta:

- a) Os direitos do homem são aqueles positivados em textos constitucionais ou em tratados internacionais de proteção aos direitos humanos.
- b) A doutrina majoritária reconhece a existência de cinco gerações de direitos fundamentais, sendo a quarta geração relacionada aos direitos difusos e coletivos e a quinta geração voltada à igualdade de gênero.
- c) A característica da universalidade dos direitos fundamentais implica que todos os indivíduos, sem distinção, possuem os mesmos direitos em qualquer tempo e lugar, independentemente de sua condição específica.
- d) Os direitos fundamentais podem ser restringidos em situações excepcionais, como no estado de sítio e no estado de defesa, respeitando-se, contudo, o núcleo essencial desses direitos.
- e) A eficácia horizontal dos direitos fundamentais se restringe às relações entre o indivíduo e o Estado, não se aplicando às relações entre particulares.

28. Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos previstos na CF/1988, assinale a alternativa correta:

- a) O direito de petição pode ser exercido para defesa de direitos próprios ou de terceiros e sempre requer o pagamento de taxas administrativas.
- b) A obtenção de certidões em repartições públicas pode ser feita para esclarecimento de situações de interesse pessoal e também para questionamento de atos administrativos de terceiros.
- c) O direito à informação assegura a todos o acesso irrestrito a qualquer documento em posse da Administração Pública, sem exceções ou restrições.
- d) O direito de petição e o direito à obtenção de certidões são garantias fundamentais que independem do pagamento de taxas.
- e) O *habeas corpus* é o remédio constitucional adequado para garantir o direito de obter certidões

públicas em repartições governamentais, sendo o instrumento correto para contestação de omissões administrativas.

29. Sobre o Poder Judiciário na CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) O Brasil adota o sistema francês de jurisdição, no qual determinados litígios administrativos podem ser resolvidos de forma definitiva por órgãos da Administração Pública, sem possibilidade de revisão pelo Poder Judiciário.
- b) O princípio da inafastabilidade da jurisdição assegura que nenhuma lesão ou ameaça a direito pode ser excluída da apreciação do Poder Judiciário, salvo nos casos expressamente previstos em lei.
- c) O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), criado pela Emenda Constitucional nº 45/2004, possui competência jurisdicional para revisar decisões judiciais de qualquer órgão do Poder Judiciário.
- d) Os Tribunais Superiores são compostos exclusivamente por magistrados de carreira, garantindo que todos os seus membros tenham passado pelo estágio inicial da magistratura.
- e) O Supremo Tribunal Federal é simultaneamente a Corte Constitucional e o órgão máximo do Poder Judiciário, possuindo competência para processar e julgar ações diretas de inconstitucionalidade e recursos extraordinários.

30. Sobre o processo legislativo previsto na CF/1988, assinale a alternativa correta

- a) O processo legislativo compreende a elaboração de emendas à Constituição, leis ordinárias, leis complementares, leis delegadas, medidas provisórias, decretos presidenciais e resoluções.
- b) O princípio da simetria impõe que as regras básicas do processo legislativo estabelecidas na CF/1988 sejam obrigatoriamente observadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.
- c) O controle judicial preventivo da constitucionalidade pode ser realizado pelo Supremo Tribunal Federal por meio de ação direta de inconstitucionalidade antes da promulgação de uma lei.
- d) O veto presidencial é ato político irretratável, não podendo ser superado pelo Congresso Nacional, ainda que a maioria absoluta dos parlamentares vote pela sua rejeição.
- e) As medidas provisórias são incluídas no processo legislativo comum, devendo seguir o mesmo rito de tramitação das leis ordinárias.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

31. Segundo a Lei 14.133/21 (Nova Lei de Licitações), nas contratações em que o poder público constata a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que irão satisfazer suas necessidades, adotar-se-á:

- a) Concurso.
- b) Diálogo competitivo.
- c) Concorrência.
- d) Pregão.
- e) Leilão.

32. Suponha que determinado município paulista tenha delegado à iniciativa privada a prestação do

serviço público de transporte coletivo, mediante contrato de concessão com sociedade empresária privada. Caso reste comprovado que a concessionária esteja prestando o serviço de forma inadequada ou deficiente, o poder concedente:

- a) deverá decretar a caducidade da concessão, mediante autorização legislativa específica e posterior indenização.
- b) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto municipal, sendo que a indenização devida à empresa é calculada no decurso do processo, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela concessionária.
- c) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto municipal, não cabendo qualquer indenização à empresa.
- d) deverá aplicar sanção ao concessionário, por meio da intervenção na concessão.
- e) ensejará a nulidade do contrato, impedindo os efeitos jurídicos que a avença, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

33. Considerando o acordo de não persecução cível (ANPC) previsto na Lei 8.429/1992, com redação dada pela Lei 14.230/2021, é correto afirmar que:

- a) Será celebrado pelo próprio ente federativo lesado, mediante prévia oitiva do Poder Judiciário.
- b) Dependerá de homologação judicial apenas no caso de o acordo ocorrer depois do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- c) Considerará a personalidade do agente, as circunstâncias e a gravidade do ato de improbidade.
- d) Permitirá a redução em até 2/3 do valor do dano causado ao erário.
- e) Não poderá ser celebrado após a prolação da sentença condenatória ou no momento da execução da sentença condenatória, em virtude da desconstituição da presunção de inocência em favor do condenado operada pelo respectivo trânsito em julgado.

34. Entidade privada sem fins lucrativos que detiver informações produzidas em virtude de vínculo de qualquer natureza com o poder público e deixar de observar o disposto na Lei 12.527/2011 estará sujeita às seguintes sanções, EXCETO:

- a) advertência.
- b) multa.
- c) rescisão do vínculo com o poder público.
- d) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração pública por prazo não superior a 3 anos.
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

35. O Ministério Beta, buscando fomentar a participação da sociedade civil em projetos de interesse público e recíproco, publicou chamamento público para que entidades privadas sem fins lucrativos apresentem seus projetos. O respectivo edital prevê que a entidade vencedora seria beneficiária de recursos financeiros originários dos cofres públicos federais.

Considerando o regramento contido na Lei 13.019/2014, a mencionada avença terá forma de:

- a) contrato de gestão.
- b) termo de parceria.
- c) termo de fomento.
- d) acordo de cooperação.
- e) termo de colaboração.

36. Tomando por base o disposto na Lei 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, assinale a alternativa correta:

- a) O impedimento de celebrar novo acordo de leniência decorrente do descumprimento, por parte da pessoa jurídica, de acordo anterior, se estenderá pelo prazo de cinco anos, contados do conhecimento pela administração pública do referido descumprimento.
- b) Está apta a celebrar o acordo de leniência a pessoa jurídica que, apesar de não admitir sua participação no ilícito, cessou completamente seu envolvimento na infração investigada, a partir da data de propositura do acordo.
- c) As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou, no âmbito do respectivo contrato, as consorciadas serão solidariamente responsáveis pela prática dos atos previstos nesta Lei, restringindo-se tal responsabilidade à obrigação de pagamento de multa e reparação integral do dano causado.
- d) A responsabilização civil das pessoas jurídicas pressupõe a demonstração de dolo ou culpa, uma vez que serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil.
- e) O processo administrativo para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica será conduzido por comissão designada pela autoridade instauradora e composta por três ou mais servidores estáveis.

37. Considerando as regras da Lei 14.133/2021 e o entendimento pacificado do Supremo Tribunal Federal (STF) em relação ao controle legislativo sobre a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A legislação estabelece que as contratações públicas sejam submetidas a práticas de gestão de riscos, continuadas ou não, e de controle *a posteriori*.
- b) A legislação exige que as contratações públicas sujeitar-se-ão a 3 linhas de defesa, fazendo parte da segunda linha a assessoria jurídica do órgão contratante e os tribunais de contas.
- c) Ao suspender cautelarmente o processo licitatório, o tribunal de contas deverá pronunciar-se definitivamente sobre o mérito daquela irregularidade no prazo de 25 dias úteis, prorrogável por igual período uma única vez.
- d) Controle concomitante avalia o ato antes do início de sua prática, buscando impedir a prática de atos ilegais.
- e) O julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria está sujeito ao prazo decadencial de dez anos, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

38. Considerando as regras previstas na Lei 14.133/2021 quanto à sanção de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.
- b) impedirá o responsável de licitar ou contratar pelo prazo máximo de dois anos.
- c) admite reabilitação após o transcurso do prazo mínimo de 2 anos.
- d) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 anos.

- e) não poderá ser cumulada com outras sanções, em atenção à vedação ao *bis in idem*.

AValiação EconôMica DE PROJETO S E ATIVOS

Paulo Portinho

39. Uma indústria fabrica produtos sob demanda, com um prazo médio de recebimento de 50 dias após o produto chegar ao cliente. Os pagamentos aos fornecedores são realizados, em média, 25 dias após o recebimento das matérias-primas. Isso resulta em uma alta necessidade de capital de giro.

Para diminuir essa necessidade, a empresa poderia tomar várias medidas, exceto:

- a) encurtar o tempo médio de entrega dos produtos aos clientes
- b) diminuir o tempo médio de armazenamento das matérias-primas
- c) reduzir o tempo médio de produção dos produtos a partir das matérias-primas
- d) reduzir o endividamento de longo prazo na sua composição de capital
- e) reduzir os valores pagos antecipadamente a alguns fornecedores

40. Com base no Balanço Patrimonial de 31/12/2024 de uma empresa, foram obtidas as seguintes informações:

- Índice de liquidez corrente = 1,0
- Retorno sobre o Ativo = 20%
- Retorno sobre o Patrimônio Líquido = 40%.
- Grau de concentração da dívida no curto prazo = 50%.
- Passivo Não Circulante = R\$ 100.000,00.
- Ativo Não Circulante = R\$ 200.000,00.

Sabendo-se que o Patrimônio Líquido da empresa, em 31/12/2023, era R\$ 60.000,00, que seu Ativo Total era R\$ 200.000, o Resultado Líquido obtido pela empresa em 2024, foi, em reais,

- a) 20.000,00 (Lucro líquido).
- b) 30.000,00 (Lucro líquido).
- c) 50.000,00 (Lucro Operacional).
- d) 60.000,00 (Lucro Operacional).
- e) 30.000,00 (Lucro Operacional).

41. A partir da análise das demonstrações financeiras da empresa XYZ, obteve-se os seguintes indicadores:

- Grau de Endividamento 50%;
- Composição do Endividamento 50%
- Liquidez seca 1,0.
- Estoques 100.000

Sabendo que o Ativo Total era R\$ 1.000.000,00, o seu Ativo Circulante era, em reais,

- a) 200.000.
- b) 250.000.
- c) 300.000.
- d) 350.000.
- e) 500.000.

MATEMÁTICA FINANCEIRA

Carlos Henrique

42. Moranguinho passou no concurso do TCE SP (estudando no Estratégia Concursos, nem precisava dizer, né?) e, ao receber o seu primeiro salário, resolveu aplicar um certo capital a juros simples. O capital produz o montante de R\$ 43.200,00 em cinco meses e, em oito meses, esse montante passa a valer R\$ 46.080,00.

Nessas condições, pode-se concluir que a taxa de juros aplicada ao capital de Moranguinho é:

- a) 2,40% a.m.;
- b) 2,50% a.m.;
- c) 2,72% a.m.;
- d) 2,64% a.m.;
- e) 3,00% a.m..

43. Moranguinho, para quitar uma antiga dívida, que apresenta na data de hoje o valor de R\$ 154.000,00, v deverá efetuar um pagamento de X reais daqui a um ano e outro de 2X reais daqui a 2 anos. Considerando o critério do desconto racional composto a uma taxa de 8% ao ano, Moranguinho concluiu que o valor de P é igual a

- a) R\$ 54.000,00
- b) R\$ 74.320,00
- c) R\$ 60.432,76
- d) R\$ 55.432,80
- e) R\$ 58.320,00

44. A recém fundada empresa MONASTÉRIO CONCURSOS contraiu um empréstimo no valor de R\$ 320.000,00 que deverá ser pago por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) com uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, encontrando-se R\$ 69.872,00 para o valor de cada prestação. Imediatamente após o pagamento da primeira prestação, se S representa o percentual do saldo devedor com relação ao valor do empréstimo, então

- a) $81\% \leq S < 82\%$
- b) $80\% \leq S < 81\%$
- c) $79\% \leq S < 80\%$
- d) $78\% \leq S < 79\%$
- e) $77\% \leq S < 78\%$

45. Moranguinho, ao assumir no TCE SP, faz um investimento no valor de R\$ 400.000,00 no início de 2026. No final de 2026, o montante referente a este investimento é resgatado totalmente, e o seu valor foi de R\$ 477.120,00. Se a taxa de inflação no período deste investimento foi de 12%, então a taxa aparente e a taxa real correspondentes no mesmo período foram iguais a, respectivamente,

- a) 18,50% e 7,28%.
- b) 18,50% e 6,50%
- c) 19,28% e 7,28%.
- d) 19,28% e 6,78%.
- e) 19,28% e 6,50%.

46. Juju, uma jovem empreendedora, deseja comprar uma franquia cujo valor é de R\$ 400.000,00 utilizando o Sistema de Amortização Constante-SAC. O banco NOSFERATU financia essa em 100 meses, a uma taxa de 2% ao mês, juros compostos. Assim, a trigésima sexta prestação a ser paga será de:

- a) R\$ 7.200,00
- b) R\$ 8.000,00
- c) R\$ 9.600,00
- d) R\$ 9.200,00
- e) R\$ 10.000,00

47. Juan pegou um empréstimo de R\$ 1.500,00 a juros compostos de 10% ao mês para comprar uma televisão. Dois meses depois ele pagou R\$ 815,00 e dois meses após esse pagamento ele liquidou o empréstimo. Qual foi o valor do último pagamento?

- a) R\$ 1000,00
- b) R\$ 1110,00
- c) R\$ 1210,00
- d) R\$ 1150,00
- e) R\$ 960,00

CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO*Gilmar Possati*

48. O Município Audazes dos Pampas, em sua gestão fiscal, identificou um volume considerável de créditos não tributários, referentes a multas de trânsito e taxas de licenciamento, que se tornaram inadimplentes. A Procuradoria Municipal, responsável pela cobrança, iniciou o processo de inscrição desses créditos em Dívida Ativa. Considerando as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) sobre o tratamento contábil da inscrição de créditos em Dívida Ativa, assinale a opção que descreve corretamente a abordagem para o registro dessa operação no Município Audazes dos Pampas, assumindo que o município adota o procedimento de registrar contábilmente apenas no momento da efetiva inscrição:

- a) O município deve reconhecer uma nova receita orçamentária no momento da inscrição em Dívida Ativa, pois o crédito passa a ser formalmente exigível e gera um novo direito.
- b) O município deve baixar o crédito a receber do ativo circulante e reconhecer um novo ativo no ativo não circulante (Dívida Ativa), sem impacto no Patrimônio Líquido no momento da inscrição.
- c) O município deve reconhecer uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) no momento da inscrição, pois a Dívida Ativa representa um aumento no potencial de arrecadação.
- d) O município deve apenas registrar a operação em contas de controle, sem qualquer impacto nas contas patrimoniais, até o efetivo recebimento do valor.
- e) O município deve reconhecer uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) no momento da inscrição, refletindo a perda de liquidez do crédito original.

49. O Município Audazes dos Pampas, em sua gestão de recursos, lida com diferentes tipos de bens em estoque. Recentemente, adquiriu um grande lote de medicamentos para distribuição gratuita à população, por meio de um processo de compra regular. Além disso, mantém em seu almoxarifado central um volume constante de materiais de escritório para uso diário das secretarias. Considerando as especificidades de mensuração inicial de estoques conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), assinale a opção que indica corretamente como o Município Audazes dos Pampas deve mensurar esses itens em suas demonstrações contábeis:

- a) Ambos os itens, medicamentos e materiais de escritório, devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo histórico e o valor realizável líquido.
- b) Os medicamentos devem ser mensurados pelo custo corrente de reposição, e os materiais de escritório pelo preço médio ponderado das compras.
- c) Os medicamentos devem ser mensurados pelo seu valor justo na data da aquisição, e os materiais de escritório pelo custo de aquisição.
- d) Ambos os itens devem ser mensurados pelo custo de aquisição, pois foram adquiridos por meio de transações com contraprestação.
- e) Os medicamentos devem ser mensurados pelo menor valor entre o custo histórico e o custo corrente de reposição, e os materiais de escritório pelo preço médio ponderado das compras.

50. O Município Audazes dos Pampas possui um vasto patrimônio, incluindo um prédio histórico tombado e registrado no ativo imobilizado do município, que serve como sede da prefeitura, e uma frota de veículos de uso geral, adquiridos recentemente. A equipe contábil está revisando a aplicação das políticas de depreciação e o reconhecimento de custos subsequentes. Eles observaram que o prédio histórico, apesar de sua relevância cultural, não tem uma vida útil limitada previsível, mas a frota de veículos, sim. Além disso, foi realizada uma reforma significativa no prédio, que estendeu sua capacidade de uso por mais 10 anos. De acordo com o MCASP, assinale a opção que indica corretamente como esses ativos e eventos devem ser tratados contabilmente:

- a) O prédio histórico deve ser depreciado ao longo de sua vida útil estimada, e a reforma significativa deve ser reconhecida como despesa do período.
- b) O prédio histórico não deve ser depreciado, e o custo da reforma significativa deve ser capitalizado, aumentando o valor contábil do ativo.
- c) A frota de veículos deve ser depreciada, mas o prédio histórico, por ser tombado, não pode ter seu valor alterado por reformas ou depreciação.
- d) A depreciação do prédio histórico é facultativa, e a reforma significativa deve ser tratada como um ativo intangível separado.
- e) A frota de veículos deve ser depreciada, e o prédio histórico deve ser reavaliado anualmente para refletir seu valor cultural, sem considerar a depreciação.

51. O Município Audazes dos Pampas empenhou uma despesa para a aquisição de materiais de construção para uma obra pública. Os materiais foram entregues e aceitos em 15 de novembro de 20X4, configurando a ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial. No entanto, o processo de liquidação da despesa (verificação do direito adquirido pelo credor) ainda não foi concluído até o final do exercício. A equipe contábil precisa garantir que o registro reflita corretamente a situação patrimonial e orçamentária, evitando duplicidades no cálculo do passivo financeiro. De acordo com o MCASP, especificamente sobre o conceito de "Crédito Empenhado em Liquidação" e as regras de integridade do PCASP, assinale a opção que indica corretamente como o Município Audazes dos Pampas deve proceder ao registrar a ocorrência do fato gerador da obrigação patrimonial antes da conclusão da liquidação:

- a) O valor deve ser transferido da conta "Crédito Empenhado a Liquidar" para a conta "Crédito Empenhado em Liquidação", sem impacto nas contas patrimoniais, pois a liquidação ainda não ocorreu.
- b) Um passivo patrimonial deve ser reconhecido e o valor correspondente deve ser transferido da conta "Crédito Empenhado a Liquidar" para a conta "Crédito Empenhado em Liquidação".
- c) Apenas o passivo patrimonial deve ser reconhecido, pois a conta "Crédito Empenhado em Liquidação" é de uso facultativo e não obrigatório para evitar duplicidade.
- d) O valor deve ser transferido diretamente para a conta "Crédito Empenhado Liquidado a Pagar", pois o fato gerador já ocorreu e a obrigação é certa.
- e) O município deve anular o empenho e reconhecer a despesa como "Despesa de Exercícios Anteriores", pois a liquidação não foi concluída no exercício.

52. O Município Audazes dos Pampas, ao final do exercício de 2025, está revisando suas transações para a consolidação das contas municipais. Durante o ano, o município realizou uma transferência de recursos para sua autarquia municipal de saneamento (Entidade A), que faz parte do mesmo Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) do município. Além disso, o município recebeu recursos de um programa de saúde do Governo do Estado (Entidade B), que pertence a uma esfera de governo distinta. À luz do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assinale a opção que indica corretamente como o 5º nível (Subtítulo) das contas de natureza patrimonial deve ser utilizado para classificar as transações entre o Município Audazes dos Pampas e a Entidade A, e entre o Município Audazes dos Pampas e a Entidade B, para fins de consolidação das contas do município:

- a) Ambas as transações devem ser classificadas com o dígito '1' (Consolidação), pois são operações que impactam o patrimônio do município.
- b) A transação com a Entidade A deve ser classificada com o dígito '2' (Intra OFSS), e a transação com a Entidade B com o dígito '4' (Inter OFSS – Estado).
- c) A transação com a Entidade A deve ser classificada com o dígito '3' (Inter OFSS – União), e a transação com a Entidade B com o dígito '5' (Inter OFSS – Município).
- d) Ambas as transações devem ser classificadas com o dígito '0' (zero), indicando que não são relevantes para a consolidação.
- e) A transação com a Entidade A deve ser classificada com o dígito '4' (Inter OFSS – Estado), e a transação com a Entidade B com o dígito '2' (Intra OFSS).

53. O Município Audazes dos Pampas, ao final do exercício de 20X5, está finalizando a elaboração de seu Balanço Orçamentário. A equipe contábil identificou que o município utilizou um valor significativo de superávit financeiro apurado em 20X4 como fonte para a abertura de créditos adicionais em 20X5. Além disso, houve a reabertura de créditos extraordinários autorizados no final de 20X4. De acordo com o MCASP, sobre as disposições inerentes ao Balanço Orçamentário, assinale a opção que indica corretamente como esses "Saldos de Exercícios Anteriores" são apresentados e qual seu impacto no equilíbrio do demonstrativo:

- a) O superávit financeiro e a reabertura de créditos adicionais são somados às Receitas Realizadas do exercício corrente, influenciando diretamente o resultado orçamentário.
- b) Esses saldos são apresentados em uma seção separada do Balanço Orçamentário e, embora não sejam receitas do exercício, são considerados para equilibrar a despesa fixada com a receita prevista.
- c) Apenas o superávit financeiro é evidenciado no Balanço Orçamentário, pois a reabertura de créditos adicionais é uma alteração interna de dotação e não afeta o equilíbrio.
- d) O Balanço Orçamentário não deve incluir saldos de exercícios anteriores, pois sua finalidade é demonstrar exclusivamente a execução orçamentária do período corrente.
- e) Os saldos de exercícios anteriores são registrados como Receitas de Capital, uma vez que representam entradas de recursos para o financiamento de despesas.

54. O Município Audazes dos Pampas está preparando sua Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) para o exercício de 2025. A equipe contábil está classificando diversas movimentações de caixa ocorridas no período. Entre elas, destacam-se: (I) o recebimento de impostos e taxas municipais; (II) a aquisição de um novo terreno para a construção de uma escola; e (III) o pagamento de parcelas de um empréstimo de longo prazo contraído anteriormente. De acordo com o MCASP, assinale a opção que indica corretamente como essas movimentações devem ser classificadas na DFC:

- a) O recebimento de impostos (I) é uma atividade de financiamento; a aquisição do terreno (II) é uma atividade operacional; e o pagamento do empréstimo (III) é uma atividade de investimento.
- b) O recebimento de impostos (I) é uma atividade operacional; a aquisição do terreno (II) é uma atividade de investimento; e o pagamento do empréstimo (III) é uma atividade de financiamento.
- c) Todas as três movimentações (I, II e III) são classificadas como atividades operacionais, pois se relacionam diretamente com a gestão diária do município.
- d) O recebimento de impostos (I) é uma atividade de investimento; a aquisição do terreno (II) é uma atividade de financiamento; e o pagamento do empréstimo (III) é uma atividade operacional.
- e) O recebimento de impostos (I) é uma atividade de financiamento; a aquisição do terreno (II) é uma atividade de investimento; e o pagamento do empréstimo (III) é uma atividade operacional.

55. O Município Audazes dos Pampas, em um esforço para aprimorar a gestão de seus recursos e a transparência, está iniciando a implantação de seu sistema de custos, conforme as diretrizes da NBC TSP 34. Reconhecendo que se encontra em um estágio inicial de maturidade na gestão de custos, a administração municipal busca orientações sobre o método de custeio mais adequado para começar e as implicações para futuras análises comparativas com outras entidades. De acordo com a NBC TSP 34, qual a abordagem recomendada para o Município Audazes dos Pampas neste cenário?

- a) O município deve adotar imediatamente o custeio por absorção integral (custeio pleno), pois é o método mais completo e permite a comparação direta com outras entidades desde o início.
- b) O município deve iniciar com o método de custeio direto, atribuindo apenas os custos diretos, e, para fins de comparabilidade entre entidades, deve-se considerar a adoção do custeio por absorção integral quando a comparação incidir sobre o objeto de custo final.
- c) O município deve implementar o custeio baseado em atividades (ABC) desde o princípio, pois é a técnica mais avançada para rastrear custos indiretos e garantir a precisão das informações.
- d) O município pode escolher qualquer método de custeio, desde que o utilize consistentemente ao longo do tempo, pois a consistência é o único fator relevante para a comparabilidade.
- e) O município deve focar apenas na identificação dos custos finalísticos, pois os custos de suporte não são relevantes para a análise comparativa no setor público.

**ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E
ORÇAMENTÁRIA***Luciana Marinho*

56. Um dos conteúdos previstos na LRF acerca da LDO refere-se à elaboração do anexo de riscos fiscais e do anexo de metas fiscais.

O anexo de metas fiscais, além de identificar metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes, apresenta também informações relativas à (s)(ao):

- a) evolução do patrimônio líquido
- b) avaliação dos passivos contingentes
- c) demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas
- d) medidas de compensação a renúncias de receita
- e) medidas de compensação ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado

57. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, cabe à Lei de Diretrizes Orçamentárias dispor ou conter, exceto:

- a) Critérios e forma de limitação de empenho
- b) Normas relativas à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos
- c) Reserva de contingência
- d) Exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas
- e) Equilíbrio entre receitas e despesas

58. Tendo por base a Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), assinale a alternativa correta quanto à despesa pública.

- a) É considerada obrigatória de caráter continuado uma despesa corrente derivada de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a um exercício.
- b) É suficiente e necessário que os atos que criarem ou aumentarem despesa de caráter continuado demonstrem a origem dos recursos para seu custeio.
- c) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no ano em referência, adotando-se o regime de competência.
- d) Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal"
- e) a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder o percentual de 60% da receita corrente líquida para a União.

59. Assinale a opção que indica o princípio orçamentário segundo o qual a LOA não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Além disso, ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da lei.

- a) Princípio da Unidade
- b) Princípio da Exclusividade
- c) Princípio do Orçamento Bruto
- d) Princípio da Universalidade
- e) Princípio da Anualidade

60. Sobre ciclo orçamentário, assinale a correta:

- a) O início do ciclo orçamentário deve ser considerado a partir do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual pelo Poder executivo ao Poder Legislativo.
- b) A Lei Orçamentária Anual poderá ser alterada por emendas parlamentares, cujos recursos de cobertura sejam oriundos da anulação parcial da dotação para despesa com pessoal e seus encargos.
- c) Nos termos da Constituição Federal, as emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias somente poderão ser aprovadas pelo Poder Legislativo quando forem compatíveis com o Plano Plurianual.
- d) O projeto da lei das diretrizes orçamentárias será encaminhado ao Poder Legislativo até dois meses antes do encerramento do exercício financeiro.
- e) Por serem órgãos dotados de autonomia administrativa e financeira pela Constituição Federal, os órgãos do Poder Judiciário não precisam elaborar suas propostas orçamentárias dentro dos limites fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

61. O ciclo orçamentário é o processo contínuo e cíclico pelo qual o orçamento público é planejado, aprovado, executado e avaliado. Ele é fundamental para a gestão das finanças públicas, garantindo que os recursos sejam alocados de maneira eficiente e eficaz para atender às necessidades da sociedade. Nos termos dispostos na Constituição Federal de 1988, o Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação no projeto da Lei Orçamentária Anual, desde que

- a) não iniciada a votação, na Comissão mista permanente de Senadores e Deputados, da parte cuja alteração é proposta.
- b) não se refira à matéria relacionada a resto a pagar.
- c) não se refira à anulação de despesa.
- d) a alteração se limite à despesa com pessoal.
- e) a alteração se limite às transferências tributárias constitucionais.

62. Os instrumentos de planejamento são ferramentas essenciais utilizadas pelos governos

para organizar, coordenar e implementar políticas públicas de forma eficaz. Eles ajudam a definir objetivos, estabelecer metas, alocar recursos e monitorar o progresso das ações governamentais. Sobre eles, a Constituição Federal de 1988 prevê que as alterações na legislação tributária e o estabelecimento da política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento são, respectivamente, matérias concernentes

- a) ao Plano Plurianual e ao Plano Plurianual.
- b) ao Plano Plurianual e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- c) à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual.
- e) à Lei Orçamentária Anual e à Lei Orçamentária Anual.

63. Em matéria de orçamento público, observe características das principais leis que formam seu tripé.

- I. Estabelecerá as diretrizes de política fiscal e respectivas metas, em consonância com trajetória sustentável da dívida pública.
- II. Seu projeto será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções.
- III. Estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital.

As leis definidas acima são chamadas, respectivamente, de:

- a) Lei Orçamentária Anual, Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b) Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual.
- c) Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual.
- d) Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- e) Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual.

64. As afirmativas a seguir apresentam características da Lei do Orçamento Anual – LOA, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) será acompanhado de medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
- b) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- c) Disporá sobre normas relativas ao controle de custos.
- d) compreenderá o orçamento fiscal, o orçamento de investimento das empresas e o orçamento da seguridade social.
- e) conterà, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas.

65. Uma das funções do governo é essencial para mitigar as desigualdades inerentes ao sistema de mercado. O governo atua favorecendo as camadas mais carentes da população, em detrimento das mais ricas. Trata-se da função

- a) alocativa.
- b) social.
- c) equitativa.
- d) distributiva.
- e) estabilizadora.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Stefan Fantini

66. O planejamento estratégico é:

- a) realizado pelo nível institucional, envolve a organização como um todo e tem foco no longo prazo
- b) realizado pelo nível intermediário, envolve determinado departamento e tem foco no médio prazo

c) realizado pelo nível operacional, envolve determinado departamento e tem foco no longo prazo

d) realizado pelo nível operacional, envolve tarefas e atividades específicas e tem foco no curto prazo

e) realizado pelo nível institucional, envolve determinado departamento e tem foco no médio prazo

67. O fragmento a seguir foi extraído do Planejamento Estratégico 2022-2026 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP):

“Posicionar-se como uma instituição em constante evolução, apoiada na excelência do seu quadro de pessoal e no uso intensivo de novos métodos e tecnologias – reconhecida como essencial para o aprimoramento da gestão pública.”

Esse fragmento representa

- a) os valores do TCE-SP
- b) a missão do TCE-SP.
- c) a visão TCE-SP.
- d) o plano do TCE-SP.
- e) o BSC do TCE-SP.

68. Suponha que o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo tenha julgado, em 2023, 1.000 processos, com um dispêndio total de 1.000.000 reais e, em 2024, tenha julgado 1.200 processos, com um dispêndio total de 1.200.000 reais.

Pode-se dizer que, de 2023 para 2024, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo foi:

- a) mais eficiente
- b) menos eficiente
- c) menos eficaz
- d) mais eficaz
- e) igualmente eficaz

69. Dentre as alternativas a seguir, indique aquela que qual não traz uma das fases do ciclo de políticas públicas.

- a) Avaliação
- b) Tomada de contas
- c) Implementação
- d) Formulação da política
- e) Construção da agenda

70. A avaliação utilizada para avaliar o “andamento” da política pública, ou seja, realizada durante a sua implementação, para se adquirir mais “conhecimento” sobre o processo, com o objetivo de melhorar a implementação e o desenvolvimento da política, é conhecida como:

- a) Avaliação Posterior
- b) Avaliação Ex Ante
- c) Avaliação Ex Post
- d) Avaliação Somativa
- e) Avaliação In Itinere

71. No ciclo PDCA, a execução e a atuação corretiva, ocorrem, respectivamente, nas etapas:

- a) C (Check) e D (Do).
- b) P (Plan) e D (Do).
- c) D (Do) e P (Plan).
- d) D (Do) e A (Act).
- e) P (Plan) e A (Act).

72. Relacione corretamente as colunas 1 e 2

Coluna 1

I – Trata-se da participação da sociedade na verificação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas. Trata-se de o cidadão participar das ações e decisões do governo, sugerindo novas ideias, correções e alterações. É uma forma de o cidadão exercer ativamente a cidadania.

II – Consiste em um instrumento de gestão pública no qual a população interessada define, anualmente, prioridades de investimentos do governo com os recursos do orçamento.

III – São canais institucionais, plurais, autônomos, formados por representantes da sociedade civil e do poder público, cuja atribuição é a de propor diretrizes para as políticas públicas, fiscalizá-las, controlá-las e deliberar sobre elas, sendo órgãos de gestão pública vinculados à estrutura do Poder Executivo, ao qual cabe garantir a sua permanência.

Coluna 2

A – Controle social

B – Orçamento participativo

C – Conselhos Gestores de Políticas Públicas

a) I-C, II-A, III-B

b) I-B, II-A, III-C

c) I-C, II-B, III-A

d) I-A, II-B, III-C

e) I-B, II-C, III-A

73. São princípios norteadores de uma gestão por resultados, exceto:

- a) Foco nos processos.
- b) Caráter descentralizado da tomada de decisões.
- c) Flexibilização de recursos com cobrança de responsabilidade dos gestores.
- d) Sistemas de monitoramento da gestão, prestação de contas e avaliação.
- e) Desenvolvimento de indicadores que permitam medir o impacto da ação governamental e indicar os desvios para introdução de medidas corretivas.

74. Foco nos resultados, incentivo à inovação e à criatividade, descentralização e horizontalização de estruturas são características típicas do modelo de administração pública

- a) Burocrático
- b) Patrimonialista
- c) Monárquico
- d) Gerencial
- e) Absolutista

75. De acordo com o Decreto n.º 9.203/2017, são princípios da governança pública, exceto:

- a) Capacidade de resposta;
- b) Integridade;
- c) Confiabilidade;
- d) Melhoria regulatória;
- e) Sigilo.

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Guilherme Venturim

76. Segundo estabelecido pela Lei Federal n.º 14.133/2021, ao tratar de alterações em contratos de obras públicas, é correto afirmar que:

- a) É permitida a execução de quantidades de serviços não previstas inicialmente, desde que o contratado assuma os custos correspondentes.
- b) Não é necessária a formalização de termo aditivo para execução de serviços não previstos, bastando a autorização verbal da Administração.
- c) A execução de serviços não previstos depende da formalização prévia do termo aditivo, salvo em caso de necessidade justificada, quando poderá ser formalizado em até 30 dias.
- d) É vedada a execução de qualquer serviço adicional, mesmo que imprescindível à segurança da obra.

e) A formalização de termo aditivo deve ocorrer apenas após a conclusão dos serviços adicionais, para regularização documental.

77. Em relação à apuração de responsabilidade por falhas no projeto básico ou executivo, a Nova Lei de Licitações trouxe inovação ao:

- a) Proibir a responsabilização de projetistas, exceto quando houver dolo comprovado.
- b) Criar o tipo penal de “Omissão grave de dado ou de informação por projetista”, com previsão de pena de reclusão e multa.
- c) Permitir que o contratado se exima de responsabilidade por erros de projeto mediante cláusula contratual expressa.
- d) Determinar que as falhas de projeto somente sejam apuradas administrativamente, vedando a responsabilização judicial.
- e) Prever que a responsabilidade pelo projeto é exclusivamente do contratante, não cabendo apuração em desfavor do projetista.

78. A respeito das alterações contratuais em obras e serviços de engenharia, de acordo com a Nova Lei de Licitações e orientações do TCESP, é correto afirmar que:

- a) As alterações unilaterais do contrato podem ultrapassar 25% do valor inicial atualizado, desde que autorizadas pela Administração.
- b) Em casos de reforma de edifício, os acréscimos unilaterais podem atingir até 50% do valor inicial atualizado do contrato.
- c) As alterações unilaterais podem modificar o objeto contratual, desde que a alteração vise ao interesse público.
- d) Não há limites para alterações contratuais desde que haja consenso entre as partes.
- e) A ausência de formalização do termo aditivo não impede a execução imediata das alterações contratuais.

79. Em relação ao projeto básico e ao projeto executivo no âmbito das contratações públicas de obras e serviços de engenharia, conforme a doutrina administrativa e o entendimento do TCE-SP, é correto afirmar que:

- a) O projeto executivo deve detalhar a solução técnica já definida no projeto básico, sendo vedadas alterações significativas de quantitativos e soluções.
- b) O projeto executivo pode alterar substancialmente as soluções técnicas definidas no projeto básico, desde que reduza o custo da obra.
- c) Na contratação semi-integrada, a elaboração do projeto básico é sempre de responsabilidade do contratado.
- d) Na contratação integrada, a responsabilidade pela elaboração do projeto básico e executivo permanece com a Administração.
- e) O projeto básico deve conter exclusivamente os elementos financeiros da obra, cabendo ao projeto executivo as soluções técnicas.

80. Quanto ao orçamento das obras e serviços de engenharia, conforme o Manual do TCE-SP, a estimativa do valor deve seguir, nas contratações que envolvam recursos da União, a seguinte ordem:

- a) Contratações anteriores, pesquisa de mercado e composição de custos unitários.
 - b) Pesquisa em mídias sociais, dados de fornecedores locais e composição de custos unitários.
 - c) Exclusivamente com base em licitações anteriores da própria Administração.
 - d) Composição de custos unitários conforme tabelas internas da Administração Pública, exclusivamente.
 - e) Composição de custos unitários conforme SINAPI ou SICRO, dados de pesquisa especializada e contratações similares.
-

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
